

() Graduação (X) Pós-Graduação

**EMPREENDEDORISMO SOCIAL, INOVAÇÃO SOCIAL E ECONOMIA CRIATIVA
EM BELO HORIZONTE PÓS COVID-19: estudo da viabilidade de uma política
pública para o combate a vulnerabilidade social a partir dos setores criativos**

**Henrique Rodrigues Lelis,
Universidade Fumec,
henriquelelis34@gmail.com**

**Helton Junio da Silva,
Universidade Fumec,
heltonjunio@yahoo.com.br**

**Fernando da Cruz Coelho,
Universidade Fumec,
fernando.fcc@fumec.br**

**Renata de Sousa da Silva Tolentino,
Universidade Fumec,
rsousa@fumec.br**

RESUMO

Com a pandemia da Covid-19, a vulnerabilidade social vivenciada na cidade de Belo Horizonte agravou-se de forma exponencial. Um dos pontos relevantes a ser pesquisado é entender como as políticas públicas de desenvolvimento econômico podem ser reconfiguradas, tendo como suporte teórico o empreendedorismo social, a inovação social e a economia criativa, de modo a permitir o combate a vulnerabilidade social. O objetivo deste estudo é conhecer a abrangência do campo de estudo, incluindo, conhecimento do marco teórico, abordagens metodológicas e objetos de pesquisa. Trata-se de uma revisão de literatura, exploratória quanto ao objetivo, de natureza qualitativa, amostra não probabilística, coleta dados a partir de pesquisa bibliográfica, observação assistemática e análise de conteúdo como técnica de análise de dados. Este estudo contribui para o amadurecimento e difusão das discussões teóricas ligadas a inovação social, empreendedorismo social e economia criativa, permitindo o aprimoramento de conhecimentos relacionados ao tema, na medida em que identifica abordagens metodológicas e contextos de aplicabilidade, servindo de auxílio para pesquisadores interessados na temática se situarem conceitualmente e encontrarem novos campos de discussões.

Palavra Chaves: Economia Criativa; Covid-19; Política Pública; Vulnerabilidade Social; Empreendedorismo social.

1 INTRODUÇÃO

A pandemia da Covid-19 impactou negativamente a economia mundial. Muitos estudos realizados apontam essa como a maior crise econômica mundial desde a queda da Bolsa de Valores de Nova York em 1929. É deduzível que, após o período de intervenção sanitária, os governos, em todos os continentes serão forçados a agir em prol da retomada econômica, com adoção de políticas econômicas próprias a cada contexto local. Nesse cenário, como destacado por Sarti e Hiratuka (2016), as assimetrias econômicas entre os países desenvolvidos, detentores de grande parte do conhecimento e dos ganhos de capital que a nova dinâmica econômica proporciona, e os países subdesenvolvidos, fornecedores de matéria prima, mão de obra barata e consumidores locais das inovações e produtos de alto valor agregado produzidos nos países desenvolvidos, vem conduzindo um aumento da desigualdade social e vulnerabilidade social.

No caso brasileiro, os dados estatísticos corroboram tal cenário, especialmente os indicadores de desemprego, subemprego e desalentados que atingiram o índice recorde de 28,7% da população brasileira. Como país subdesenvolvido, o governo brasileiro terá como trabalho, inserir a economia local no contexto que permita não apenas a retomada do crescimento econômico, mas também a redução da vulnerabilidade social, desafio que exigirá uma reconfiguração das estruturas e instituições econômicas, políticas públicas e regulatórias brasileiras (IBGE, 2021).

A cidade de Belo Horizonte, encontra-se inserida nesse contexto, sofrendo as consequências sociais advindas da falta de políticas sócias e econômicas nacionais consistentes, dentre as principais: a desconstrução das atividades econômicas locais; aumento do desemprego em massa; falência de empresas de forma generalizada; desarticulação de setores econômicos existentes (DIÁRIO DO COMÉRCIO, 2021; CDL/BH, 2021).

Além de observar as orientações do poder público nacional, caso apareça algo relevante no futuro, caberá ao poder público local, pensar em desenvolver políticas públicas sociais próprias, pensadas e articuladas dentro de seu contexto local e que permita a retomada do crescimento econômico com redução da vulnerabilidade social.

As teorias ligadas ao empreendedorismo social, inovação social e economia criativa, foram pensadas e estruturadas para adequar comunidades locais ao mundo globalizado, existindo nesses setores, estruturas e paradigmas que respondem aos problemas causados pela

internacionalização da economia como pode ser observado, por exemplo, nos argumentos de Oliveira e Starling (2012).

Nesse contexto, torna-se relevante à realização de estudos acadêmicos que problematizam a possibilidade de adoção de políticas públicas sociais sistematizadas e voltadas a promover o empreendedorismo social, a inovação social e as iniciativas ligadas a economia criativa, sendo este o propósito desta pesquisa.

Como objetivo, esta pesquisa busca conhecer a abrangência do campo de estudo, incluindo, conhecimento do marco teórico, abordagens metodológicas e objetos de pesquisa que correlacionam o empreendedorismo social, a inovação social e a economia criativa como alternativas viáveis para o combate a vulnerabilidade social, melhoria da condição de vida dos grupos sociais desfavorecidos e promoção do desenvolvimento sustentável.

No decorrer deste estudo serão apresentadas as teorias ligadas à economia criativa e cadeias globais de valor, abordadas por Harris (1995), Lastres (1999), Miguez (2007), Ferreira e Azzoni (2011), Oliveira e Starling, (2012), Zhang e Schimanski (2014), Thorstensen et al, (2014), Veiga e Rios (2015), Pathikonda e Farole (2016), Sarti e Hiratuka (2016), Raiser et al (2017), Reis (2018), Matei (2020), Silvio et al (2020) e Loureiro (2020). Nóbrega e Souza (2015).

As teorias sobre vulnerabilidade social, empreendedorismo social e inovação social são abordadas a partir dos estudos de Pizeta (2018), Ge et al (2017), Cambridge (2001), Fussel (2007), Holbig e Neckel (2016), Chambers (1989), Mair e Martí (2006), Bezerra de Souza (2019), Moulaert et al (2013), dentre outros.

Também será descrito um panorama atual da economia belo-horizontina e brasileira, delineando quais são os principais problemas que devem ser enfrentados por uma política pública que vise à retomada do crescimento econômico no Brasil e no município de Belo Horizonte e como, do ponto de vista teórico, a economia criativa pode ser usada para solucionar tais problemas.

O propósito final deste trabalho é investigar a correlação entre os termos, contemplando a descrição do conceito teórico de cada descritor, as relações conceituais que são compartilhadas entre si, os campos temáticos onde as abordagens são aplicadas, de modo a permitir uma visualização das extensões e similitudes dentre os temas e como tais teorias podem servir de norte para a construção de uma política pública social dentro do contexto de Belo Horizonte.

Como caminho metodológico, a pesquisa optou por realizar uma revisão de literatura, exploratória, quanto ao objetivo, de natureza qualitativa, amostra não probabilística, coleta dados a partir de pesquisa bibliográfica, observação assistemática e análise de conteúdo como técnica de análise de dados.

As descobertas desta pesquisa contribuem para o amadurecimento e difusão das discussões teóricas ligadas a inovação social, empreendedorismo social e economia criativa, permitindo o aprimoramento de conhecimentos relacionados ao tema, na medida em que identifica abordagens metodológicas e contextos de aplicabilidade, servindo de auxílio para pesquisadores interessados na temática se situarem conceitualmente e encontrarem novos campos de discussões.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa descreve as oportunidades de retomada do desenvolvimento econômico pós-Covid-19, no município de Belo Horizonte a partir das atividades criativas. Ela perfaz o que a metodologia científica define como pesquisa descritiva, familiarizando o pesquisador com os elementos característicos do objeto e dos fatos que o circunda, permitindo a identificação de outros problemas de pesquisa com maior clareza e, por conseguinte, formular novas hipóteses e realizar novas pesquisas a partir desta (OLIVEIRA, 2011; RÉVILLION, 2003).

Sua natureza é qualitativa, com o estudo baseado nas teorias básicas e dados não estruturados já publicados sobre o tema, com propósito de definir e compreender o fenômeno em profundidade (TURATO, 2005).

Na coleta de dados, o estudo serviu-se da pesquisa bibliográfica a partir das bases de dados Ebsco, Emerald, Portal Capes, Jstor e DBLP, sendo essas as escolhidas por critério de acessibilidade dos pesquisadores e aderência ao tema. Os dados estatísticos foram coletados a partir de pesquisas publicadas por diversas instituições públicas atuantes nos setores criativos. Dessa forma, define-se a coleta de dados como sendo assistemática definida por critério de acessibilidade. A pesquisa utilizou a técnica de análise de conteúdo, buscando dar sentido e inferência entre a base teórica, legislação e os dados estatísticos. Com esse processo, foi possível criar um caminho metodológico que permitiu uma visualização racional dos resultados pelos pesquisadores.

3 VULNERABILIDADE SOCIAL

Pizeta et al. (2018) afirma que a vulnerabilidade social está relacionada às condições de moradia, estado civil, escolaridade, ocupação, número e gênero dos filhos, renda familiar e status socioeconômico. É um indicador que deve ser mensurado e quantificado dentro de um contexto social específico.

O termo vulnerabilidade social é utilizado para classificar grupos específicos de pessoas dentro de um contexto social específico. Essa classificação encontra-se relacionada às suas condições de moradia, estado civil, escolaridade, ocupação, número e gênero de filhos e renda familiar (PIZETA et al, 2018; FUNDAÇÃO SEADE, 2015).

A condição de vulnerável, seja ela do ponto de vista individual ou de grupos de pessoas, é pré-determinada por fatores políticos, sociais, econômicos, cultural, institucional e estrutural. Razão pela qual, a sua problematização é complexa (GE; DOU & DAI, 2017; CAMBRIDGE, 2001; FUSSEL, 2007; HOLBIG; NECKEL, 2016).

O ser humano vulnerável, por outro lado, é aquele que, conforme conceito compartilhado pelas áreas da saúde e assistência social, não necessariamente sofrerá danos, mas está a eles mais suscetível uma vez que possui desvantagens para a mobilidade social, não alcançando patamares mais elevados de qualidade de vida em sociedade em função de sua cidadania fragilizada (CARMO; GUIZARDI, 2018).

A vulnerabilidade social impacta negativamente no desenvolvimento das capacidades e habilidades das pessoas (consideradas vulneráveis) de enfrentarem os danos ambientais, as mudanças climáticas, os perigos incidentais. Da mesma forma, ela deve ser vista como as condições físicas ou sociais que inviabilizam o vulnerável de acessar os recursos necessários para sua alimentação, saúde, educação, moradia e segurança ou outros direitos humanos assegurados. “O que se percebe é que, para os estudiosos que lidam com o tema, existe um caráter essencial da vulnerabilidade, ou seja, referir-se a um atributo relativo à capacidade de resposta frente a situações de risco ou constrangimentos” (DA CUNHA et al, 2016).

Os critérios de mensuração da vulnerabilidade devem ser capazes de medir o status socioeconômico de cada grupo de pessoas, as características demográficas da região em que estão situadas as percepções e diferenças de atitude em relação a pessoas e lugares, as redes sociais, o acesso a capital financeiro, a disponibilidade e acesso a recursos naturais, as características que qualificam indivíduos como fisicamente fracos, as crenças culturais, o acesso à infraestrutura básica e o acesso ao poder político (NEIL et al., 2008; CUTTER et al., 2003; WISNER, 2004; GE et al., 2017).

Chambers (1989) compartilha dessa linha de pensamento, definindo a vulnerabilidade social como sendo a dificuldade de pessoas ou grupos em lidar com a exposição a contingências e estresses que colocam em risco a sua condição humana. A vulnerabilidade tem, portanto, dois lados: um lado externo de riscos, onde o indivíduo é exposto a situações sejam de natureza ambiental ou social que o colocam sobre estresse ou risco de vida. Um lado interno, que perfaz na sua impotência, inabilidade ou incapacidade de acessar os meios e recursos necessários para enfrentar o problema (situação externa) na qual está exposto. A perda pode assumir muitas formas tornando-se ou sendo fisicamente mais fraco, economicamente empobrecido, socialmente dependente, humilhado ou psicologicamente prejudicado.

Nessa perspectiva, pode-se afirmar que, a pandemia da Covid-19 encontra-se relacionada à vulnerabilidade social em dois aspectos. Primeiro, ela é uma situação externa vivenciada por grupos vulneráveis que não possuem os recursos e habilidades necessárias para enfrentar os problemas sanitários, sociais e econômicos causados por ela. Segundo, os impactos econômicos negativos causados pelas medidas sanitárias, geraram um aumento do grupo de pessoas que devem ser classificadas como vulneráveis face o desemprego estrutural, inflação, desvalorização cambial, dentre outras variáveis.

4 EMPREENDEDORISMO SOCIAL

Considera-se como sendo uma iniciativa socialmente empreendedora, a atividade que busca criar valor social e por meio desta, estimular uma mudança no quadro de vulnerabilidade social de uma determinada localidade. O empreendedorismo social combina os recursos naturais e humanos com o propósito criar produtos e serviços que sejam capazes de atender as necessidades sociais de indivíduos condições socioeconômicas de acessarem os produtos e serviços ofertados pelas leis de mercado (MAIR; MARTÍ, 2006).

Segundo Howaldt e Schwarz (2016) e Bezerra de Souza (2019), o empreendedorismo social se caracteriza por ser uma forma específica de inovação social, cuja atividade central visa atender as necessidades sociais locais.

O empreendedorismo social difere do empreendedorismo propriamente dito em dois aspectos: não produz bens e serviços para vender, mas para solucionar problemas sociais, e não é direcionado para mercados, mas para segmentos populacionais em situações de risco social (exclusão social, pobreza, miséria, risco de vida) (QUEIROZ; PARADELA, 2018).

Estudiosos como Mair et al.(2012); McKague et al (2015) e Battilana (2018), defende o estudo do empreendedorismo a partir da teoria institucional. Este pensamento é corroborado pelo Estado brasileiro que recepcionou o conceito dentro das políticas públicas ligadas a economia solidária e criativa. Neste caso, considera-se os empreendedores e os empreendimentos sociais como agentes sistêmicos necessários ao desenvolvimento social e combate a vulnerabilidade social de uma determinada sociedade (MCMULLEN; BERGMAN, 2017; BARBOSA et al., 2014; DUARTE et al., 2014).

5 INOVAÇÃO SOCIAL

A origem histórica do termo inovação social advém da França do século XIX. Naquele contexto, foi lhe atribuído uma ligação com os ideais comunistas (MOULAERT et al., 2013).

Desde então, o conceito tem sido estudado e alterado. Na atualidade, encontra-se vinculado ao empreendedorismo social, sendo adotado por entidades governamentais e agências do terceiro setor como forma de resposta ao fracasso das dinâmicas típicas de mercado em responder aos problemas de desenvolvimento humano, combate a desigualdade e vulnerabilidade social (CHALMERS, 2012).

A inovação social é aquela atividade humana que busca o desenvolvimento de produtos ou serviços que atendam as necessidades de grupos vulneráveis não satisfeitas pelas atividades típicas do mercado capitalista tradicional. Também se deve considerar como uma atividade típica da inovação social a replicação de experiências sociais bem-sucedidas em novos contextos. Hodiernamente, a inovação social envolve referenciais que a ligam ao atendimento das necessidades sociais, desenvolvimento sustentável e redução da desigualdade social (FARFUS; ROCHA, 2007; NEUMEIER, 2017; NODBERG, 2020; BOCK, 2016).

A inovação social pode ser discutida como um processo pelo qual, um grupo vulnerável define um modo de agir próprio, tendo como objetivo, reduzir a sua própria fragilidade social. O binômio necessidade/oportunidade é visualizado e abordado a partir de outras dimensões que não apenas o lucro financeiro (NORDBERG, 2020).

...é no âmbito dos processos que a inovação social assume maior relevância. Isto porque dois dos três atributos que associamos à inovação social são processos: a inclusão social e a capacitação dos agentes mais “fracos”. A própria ideia de mudança social como transformação das relações de poder está claramente associada a processos (ANDRÉ; ABREU, 2006).

O desenvolvimento da inovação social encontra na economia criativa um pilar de sustentabilidade e desenvolvimento, pois, nas práticas ligadas a economia criativa, como será

mais bem desenvolvida adiante, buscar-se-á introduzir na comunidade local, processos de estímulo à criatividade, colaboração social, ação coletiva e reorganização de recursos para atendimento de problemas locais. As ideias e propostas ligadas a economia criativa, dialogam e interagem com os propósitos do empreendedorismo social e inovação social e, nestes casos, geram ganhos de capital financeiro, humano e promoção do desenvolvimento social (GALLAS, 2019).

6 ECONOMIA CRIATIVA

Economia criativa é o conjunto de atividades empreendedoras que utilizam o conhecimento intelectual, atividades artísticas, criatividade, turismo cultural e tecnologia para produzir bens e serviços de conteúdo intangível (MIGUEZ, 2007, p. 96).

A questão central da economia criativa é a busca por autenticidade e intangibilidade de sua cadeia produtiva, pois, a combinação de tecnologia com textos, símbolos, imagens, tradições, processos estéticos, hábitos culturais e conhecimento popular, permitem a criação de produtos e serviços que dificilmente podem ser copiados, pois se encontram protegidos por leis de propriedade intelectual e sua valorização/monetização está na experiência, vivência do processo e autenticidade de seu conteúdo.

Definição da UNCTAD para economia criativa:

A “economia criativa” é um conceito em evolução baseado em ativos criativos que potencialmente geram crescimento e desenvolvimento econômico.

- Ela pode estimular a geração de renda, criação de empregos e a exportação de ganhos, ao mesmo tempo em que promove a inclusão social, diversidade cultural e desenvolvimento humano.
- Ela abraça aspectos econômicos, culturais e sociais que interagem com objetivos de tecnologia, propriedade intelectual e turismo.
- É um conjunto de atividades econômicas baseadas em conhecimento, com uma dimensão de desenvolvimento e interligações cruzadas em macro e micro níveis para a economia em geral.
- É uma opção de desenvolvimento viável que demanda resposta de políticas inovadoras e multidisciplinares, além de ação interministerial.
- No centro da economia criativa, localizam-se as indústrias criativas (UNCATD, 2012).

Desde a sua concepção em meados dos anos 90 na Austrália (HARRIS, 1995, p.110), encontra-se o debate sobre os efeitos nocivos da globalização, especialmente quanto ao crescente desemprego, processo de desindustrialização, homogeneização cultural e aumento da desigualdade social. Nesse sentido, a economia criativa é uma tentativa de resposta ao cenário geopolítico globalizado. Seu propósito é aliar os novos instrumentos tecnológicos de

comunicação, informação e gestão do conhecimento, com atributos culturais locais para produzir riqueza, renda e desenvolvimento social local, que, segundo entendimento de Reis (2012).

Tal vislumbre se depreende que se fundou na abrangência da economia criativa, pois essa é formada por setores, como: artes cênicas, música, artes visuais, literatura, mercado editorial, audiovisual, animação, jogos digitais, software aplicado à economia criativa, publicidade, rádio, TV, moda, arquitetura, design, gastronomia, cultura popular, artesanato, entretenimento, eventos, esportes, turismo cultural e P&D (UNCATD, 2010; OLIVEIRA; STARLING, 2012; FIRJAN, 2019).

A matéria prima de uma economia criativa é a pesquisa acadêmica, a educação de excelência, a criatividade humana, a cultura local e a diversidade cultural que, aliadas a uma infraestrutura voltada ao desenvolvimento tecnológico, conseguem transformar ideais, projetos e pesquisas científicas em produtos comercializáveis de natureza intangível, gerando emprego e renda de forma sustentável e ser fonte de soluções para problemas sociais.

O processo econômico criativo surge quando pesquisadores, artistas, consumidores, comunidades carentes, grupos de minorias, gestores públicos e empresários trabalham em conjunto, desenvolvendo novas práticas econômicas voltadas ao desenvolvimento local. Para que isso aconteça, as políticas públicas devem ser focadas no desenvolvimento de infraestrutura, educação de qualidade, financiamento e regulação do setor, de modo a criar e ampliar os espaços públicos e privados ligados às atividades de criação e fruição artística, pesquisa acadêmica e prática de atividades comunitárias, o que acaba por gerar sinergia entre os mais variados participantes do processo, especialmente os setores mais pobres da comunidade, as minorias e vulneráveis, além de promover a atração e geração de pessoas com mentes criativas.

7 ECONOMIA CRIATIVA EM NÚMEROS

Pesquisa realizada pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN, 2019), comprova a importância do setor para o desenvolvimento socioeconômico nacional. No ano de 2017, a indústria criativa representou 2,61% de toda a produção de riqueza do Brasil, totalizando R \$171,5 bilhões de reais e possuía 837,2 mil profissionais formalmente registrados. As atividades criativas no Brasil destacam-se nas áreas que auxiliam as empresas a promoverem a sua imagem e valorização da marca, aprimoramento das experiências do

consumidor, geração de inovação no consumo, mídias digitais, arquitetura e design, gestão do conhecimento, turismo cultural e tecnologias da informação. “Oportuno ressaltar que consumo e tecnologia apresentaram desempenho superior ao observado no resto da economia” (FIRJAN, 2019).

Em pesquisa realizada pela Agência de Desenvolvimento da Indústria Criativa de Minas Gerais, no ano de 2016 o setor possuía 63 mil empresas atuantes no mercado, correspondendo a 9,89% da mão de obra formal do estado, gerando cerca de R \$788 milhões de renda mensal. Em 2016, a região metropolitana de Belo Horizonte era o principal polo criativo do Estado, com 37,08% dos empregos gerados no setor. Nesse quesito, destacam-se os grupos “Cultura” (43,19%), “Criações Funcionais” (24,8%) e “Tecnologia e Inovação” (24,7%) (OBSERVATÓRIO P7 CRIATIVO, 2018).

Não são apenas os números financeiros que demonstram a relevância do tema, o combate às desigualdades sociais, promoção da diversidade e efetivação dos direitos humanos também encontra contribuições importantes alinhadas ao setor. Ambos os relatórios apontaram que as mulheres são a maior parte do mercado de trabalho. Os empreendimentos criativos são em sua maioria formados por micro e pequenas empresas, incluindo aí, atividades em regiões de vulnerabilidade social. O índice de formação educacional dos profissionais do setor é superior à média do trabalhador nacional. Isso demonstra que investir em economia criativa resulta em forte desenvolvimento socioeconômico, promovendo melhor distribuição de renda e redução da vulnerabilidade social (FIRJAN, 2019; OBSERVATÓRIO P7 CRIATIVO, 2018).

Considerando o potencial de riqueza que pode ser produzido a partir da exploração das indústrias criativas, torna-se importante estudar a perspectiva de adoção de uma política pública indutora da retomada do crescimento econômico no município de Belo Horizonte, pós-pandemia da Covid-19, a partir de investimentos nesses setores.

8 CRISE ECONÔMICA EM 2020 BH PÓS-COVID-19

A pandemia da Covid-19 tornou-se um evento disruptivo, pois, além do impacto sanitário e humanitário, evidenciado pelo elevado número de mortes, também provocou grave abalo na economia mundial, com aumento significativo no desemprego, falência e pobreza. O FMI projeta uma queda de 4,4% do PIB mundial, a maior retração desde a crise da bolsa de valores de 1929 (IPEA, 2020).

O abalo econômico será muito pior no Brasil, pois, antes da pandemia já enfrentava uma grave crise econômica desde o ano de 2014, acumulados a uma instabilidade política e má condução de políticas comerciais e industriais. O PIB brasileiro deve sofrer uma queda de 5,8% (IPEA, 2020), com taxa de desemprego, desocupados e subocupados atingindo 128 milhões de brasileiros, número superior ao de trabalhadores formais, que é de 82 milhões de brasileiros (IBGE, 2020).

A desigualdade sempre se mostrou um problema no Brasil, e com o efeito da pandemia esse cenário tenderá a se agravar. Além das estratégias fragmentadas no enfrentamento da doença e do cenário político instável, a sociedade brasileira é caracterizada por enormes heterogeneidades e vulnerabilidades socioeconômicas e de saúde (GRUP PET ECONOMIA UFPR, 2020).

Os setores criativos tiveram uma queda de suas atividades de 76% a 100% entre os meses de abril a maio de 2020. No momento de realização da pesquisa, 51% dos indivíduos e 43% das organizações não tinham como estimar a quantidade de cancelamentos de atividades para o 2ª semestre de 2020 e 69% não sabiam estimar como será a sua atividade no ano de 2021. Quanto ao desemprego, dois terços do setor (65,8%) reduziram seus contratos de trabalho e mais da metade (50,2%) demitiram colaboradores. Esses dados demonstram que o setor encontra-se diante de um cenário de incertezas, instabilidade e forte retração, incluindo possível cenário de reconfiguração de todo o setor (OBSERVATÓRIO DA ECONOMIA CRIATIVA BAHIA, 2020).

9 IMPACTO DAS CADEIAS GLOBAIS DE VALOR NO DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

O avanço singular das tecnologias, da conectividade de pessoas em escala global, aliadas a produção e tratamento massivo de dados, conduziu a uma transformação profunda na estratégia empresarial e comportamento dos agentes econômicos, especialmente quanto a formas de produção de bens e serviços, organização do trabalho e formas de obtenção de valor agregado, por meio da gestão de cadeias produtivas. Essas transformações podem ser entendidas como novas formas de negócios e novos arranjos produtivos, cujo foco é diminuir obstáculos como custos de produção, tempo e espaço, tendo como base, o uso intensivo da comunicação, da internet e de tecnologias e promoção dos serviços intangíveis (LASTRES, 1999).

O modelo teórico representativo dessa dinâmica, parte do conceito de Cadeias Globais de Valor (CGVs), que no contexto deste estudo deve ser compreendido como o sendo a fragmentação geográfica e funcional das fases do processo produtivo, desde a sua concepção até o uso final pelo consumidor. Sua principal característica encontra-se na busca de agregação de valor em cada fase da produção do bem ou serviço criado, assim como, uma nova forma de organização do trabalho agora, internacionalizada e operando em rede (OLIVEIRA, 2014).

Enquanto as cadeias de suprimento tendem a se concentrar à montante da cadeia produtiva, integrando processos de fornecedores e produtores para melhorar a eficiência e reduzir o desperdício, as cadeias de valor focam na jusante, ou seja, na criação de valor aos olhos do cliente. Os autores também mencionam que enquanto as cadeias de suprimento focam primordialmente em custos e excelência operacional, as cadeias de valor focam mais em inovação no desenvolvimento dos produtos e marketing (ZHAN; SCHIMANSKI, 2014).

CGVs são novos arranjos organizacionais possibilitados pela economia da informação, que através do processamento massivo de dados e comunicação on-line, permitem a fragmentação de todo o processo produtivo pelo globo, auferindo vantagens competitivas a partir da utilização das forças e competências de cada região geográfica. O ponto central das CGVs é entender como cada atividade produtiva a ser realizada, agrega valor ao produto, qual a singularidade ou intangibilidade dessas que a torna essencial ao processo produtivo e quais são as estratégias e políticas públicas que permitem a sua integração e sobreposição nas CGVs (PATHIKONDA; FAROLE, 2016).

Diversos estudos demonstram que a economia brasileira encontra-se pouco integrada no processo ligado às cadeias globais de valor. Thorstensen et al (2014) aponta como problema a falta de uma agenda comercial e industrial de comércio exterior, o excesso de protecionismo e falta de infraestrutura. Diante desse cenário, Veiga e Rios (2015) afirmam que a política econômica brasileira de favorecer a exploração de recursos naturais como fonte de desenvolvimento industrial é inadequada ao novo paradigma das cadeias globais de valor. É preciso substituir a verticalização da produção nacional como forma de manutenção da balança comercial favorável, pelo novo paradigma do valor agregado adicionado, obtido a partir da especialização da produção, com o objetivo de se buscar melhores posições nas cadeias globais de valor e intangibilidade do serviço ofertado.

à diferença do paradigma da substituição de importações, o enfoque das cadeias de valor leva a uma lógica de priorização de atividades que combina um eixo setorial e um eixo funcional e aponta para um padrão de estrutura produtiva e de inserção internacional mais especializado. No eixo setorial, as atividades são priorizadas no nível intra setorial (do segmento ou do nicho).

No eixo funcional, priorizam-se as funções não manufatureiras, a montante (design e inovação) e a jusante (marca, logística etc.). Em ambos os eixos, a visão das cadeias de valor se distancia do paradigma “industrialista” da substituição de importações, que domina o desenho das políticas industriais no Brasil (VEIGA; RIOS, 2015).

As commodities encontram-se no nível mais baixo das cadeias globais de valor, inserindo pouco valor agregado ao produto final, pois nada mais são que insumos primários do processo. Sendo essas as principais atividades econômicas brasileiras para as quais o Estado dedica as principais políticas públicas de financiamento, proteção e incentivo, pode-se afirmar que o Brasil não possui elementos estruturais e institucionais que lhe conceda vantagem competitiva a possibilitar a ascensão de posições dentro das cadeias globais de valor, sendo essa uma das principais razões para o baixo crescimento econômico dos últimos vinte anos, aumento da pobreza, desemprego generalizado, da desigualdade social e vulnerabilidade social (REIS, 2018).

A pandemia da Covid-19 trouxe novos fatores ao processo, pois, as medidas de isolamento social resultaram em desarticulação das estruturas econômicas existente, aumento da escalada do desemprego, falência de empresas, redução significativa do mercado consumidor interno, queda na arrecadação fiscal e volatilidade cambial, razão pela qual, novas políticas públicas de combate a vulnerabilidade social serão necessárias em curto espaço de tempo (MATEI, 2020).

Nesse sentido, a manutenção do pensamento econômico vigente, replicando políticas de investimento de recursos públicos na exploração de commodities terá resultados inexpressivos, haja vista, o baixo impacto destes modelos industriais nos problemas estruturais acima apontados, o que remete a necessidade de encontrar alternativas viáveis à retomada do crescimento pautada no empreendedorismo social, inovação social e economia criativa.

10 A ECONOMIA CRIATIVA COMO RECURSO PARA RETOMADA DO CRESCIMENTO

Dentro do contexto belo-horizontino pós-Covid-19, uma abordagem estratégica para retomada do crescimento a partir dos setores criativos, empreendedorismo social e inovação social precisa servir ao propósito de reorganizar os recursos materiais, financeiros e humanos existentes na cidade para permitir formas de distribuição simétricas de benefícios, criando-se um ciclo de desenvolvimento social sustentável. Para que isto seja possível, essa estratégia

depende de modo incondicional, de três paradigmas: Educação pública de excelência e acessível à população vulnerável; Investimento em infraestrutura; Internacionalização da economia.

Considerando que a educação pública de excelência significa fazer com esta seja prioridade máxima do poder Estado e da sociedade, mantidas longe de influências político-partidárias e interesses econômicos de grupos sociais específicos. Depreende-se que também é preciso garantir que todo estudante conclua o ensino fundamental e médio na idade certa, com aprendizado propedêutico, cultural e cívico adequado e aquisição das habilidades e competências necessárias para o exercício de uma atividade profissional. Do mesmo modo, é preciso combater o dualismo educacional brasileiro que separa o ensino voltado à produção do conhecimento intelectual as classes mais abastadas e o ensino voltado à execução de tarefas manuais para as classes sociais empobrecidas. Dessa forma, tem-se a formação do capital humano necessário ao desenvolvimento de empreendedores sociais e mentes criativas capazes de criar soluções viáveis aos problemas complexos que a ordem econômica atual exige (NÓBREGA; SOUZA, 2015; LOUREIRO, 2020).

No que concerne ao investimento em infraestrutura, desde o início da redemocratização do Brasil, o investimento nas suas áreas é considerado de importância secundária pelo poder público que privilegia o gasto com benefícios e expansão do funcionalismo público e programas assistencialistas em detrimento destes. “Desde os anos 1980, o investimento em infraestrutura caiu de 5% para pouco menos de 2% do PIB, o que seria insuficiente até mesmo para cobrir a depreciação” (RAISER et al., 2017).

O pouco que se investe não segue padrões mínimos de governança e planejamento, fazendo com que tais investimentos acabem por servirem a concretização de políticas populistas e manobras de corrupção, com pouco impacto no crescimento econômico e desenvolvimento social.

Os achados deste estudo sugerem que mudanças mais fundamentais na configuração institucional do planejamento e regulamentação da infraestrutura e no sistema orçamentário do Brasil serão necessárias para superar as ineficiências resultantes de processos decisórios fragmentados e da troca de favores políticos (RAISER et al., 2017).

Como resultado, o “estoque de infraestrutura” do Brasil é muito inferior ao de países com o mesmo nível de renda, sendo tal fato determinante para a baixa competitividade internacional do produto nacional e aumento da desigualdade social, pois, cria lacunas de acessibilidade e qualidade de serviços públicos reforçando e retroalimentando a desigualdade social e renda no Brasil (RAISER et al., 2017).

As atividades criativas devem ser planejadas como forma de indução ao investimento em infraestrutura em locais geográficos classificados como áreas vulneráveis, de modo a promover uma ampliação dos recursos a disposição de projetos criativos e de inovação social (FERREIRA; AZZONI, 2011; RAISER et al., 2017).

No que concerne ao paradigma da internacionalização da economia brasileira, o estudo de Fernando Sarti e Célio Hiratuka (2016) demonstra o desequilíbrio e assimetria do processo atual.

O País externalizou seu mercado doméstico às importações e sua estrutura produtiva ao capital externo sem promover em contrapartida uma maior inserção comercial e uma internacionalização produtiva de suas empresas. Como resultado, o Brasil perdeu participação no produto manufatureiro mundial, sobretudo dentre os países asiáticos em desenvolvimento. Nossos setores de maior intensidade tecnológica perderam participação nas pautas de produção e de exportação e ganharam importância na pauta de importação, mantendo uma inserção assimétrica e subordinada nas cadeias produtivas globais. Por fim, em termos de atividades inovativas, nem as filiais de empresas estrangeiras, nem as empresas nacionais conseguiram melhorar a posição do Brasil comparativamente aos demais países em desenvolvimento (SARTI; HIRATUKA, 2016).

Na mesma linha, o estudo de Silvio et al. (2020) demonstra que o cenário econômico externo e interno, apontam para uma perda da atratividade de investimentos no Brasil até mesmo, para aqueles que estão direcionados a exploração do mercado consumidor nacional. Tal postura é ineficiente para promover o crescimento econômico municipal, já que não permite o desenvolvimento da indústria 4.0, que é o pilar do novo paradigma da economia globalizada em curso, mantendo o país e a cidade altamente dependentes de inovações tecnológicas e capital estrangeiro.

Com base nos estudos realizados, percebe-se que há uma relação intrínseca entre os problemas estruturais, em particular, da economia belo-horizontina com as propostas da economia criativa, já que sua estratégia é promover a intangibilidade de produtos e serviços, ampliação da mão de obra qualificada localmente, criar estruturas locais que permitam agregar valor a cadeias produtivas locais e atrair investimentos e consumidores externos para usufruir dos benefícios da cadeia produtiva local. Portanto, setores criativos complementam, impulsionam e oferecem soluções para a retomada do crescimento e desenvolvimento social.

Também é perceptível que, apesar de seu conceito teórico ser pouco conhecido da sociedade brasileira, as atividades criativas já são parte integrante da sociedade belo-horizontina, e mesmo sem uma articulação institucional e regulatória adequada, possui força e robustez econômica, facilitando o processo de retomada.

Do ponto de vista teórico encontra-se plausível o desenvolvimento de políticas públicas de retomada do crescimento econômico a partir das atividades criativas, do empreendedorismo social e inovação social, já que muitos dos desafios que os setores públicos precisam enfrentar para o combate a vulnerabilidade social encontram sinergia nestas teorias.

11 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com intuito de avaliar a viabilidade de desenvolver uma política pública de retomada do desenvolvimento social e redução da vulnerabilidade social no município de Belo Horizonte pós-Covid-19, esta pesquisa buscou correlacionar as teorias ligadas ao empreendedorismo social, inovação social e economia criativa com os problemas estruturais enfrentados pela economia brasileira na atualidade. Observou-se que as teorias acima descritas, surgiram em um contexto de crise, tendo âmago a produção de bens e serviços de natureza intangível e de alto valor agregado, de modo a permitir que comunidades locais e grupos socialmente vulneráveis consigam contextualizar suas estruturas produtivas na economia globalizada.

Também foi observado que o Brasil, o estado de Minas Gerais e a cidade de Belo Horizonte já possuem atividades criativas instaladas, com amplo resultado positivo e participação importante no PIB brasileiro, mineiro e belo-horizontino. Neste último, o destaque é ainda mais importante face ao grande impacto social que o setor possui no município. O impacto negativo trazido pela pandemia da Covid-19 nas atividades criativas brasileiras, incluindo cenário de incertezas, instabilidade e forte retração do mercado consumidor e necessidade de reconfiguração de todo o setor, é perceptível que grande parte das exigências e necessidades estruturais ligadas a inserção da economia local nas cadeias globais de valor, também são vistas como potencializadoras dos setores criativos e dos empreendimentos sociais e iniciativas de inovação social.

Conclui-se pela existência de uma convergência entre o que se descreve como causa da vulnerabilidade social e as propostas de solução dessas, a partir do empreendedorismo social, inovação social e economia criativa, razão pela qual, encontra-se pertinente o desenvolvimento de estudos mais aprofundados sobre a viabilidade de implantação de políticas públicas de desenvolvimento social com suporte teórico nesses descritores, dentro do contexto da cidade de Belo Horizonte.

Este estudo contribui para o meio acadêmico pela disseminação de teorias e pensamentos relacionados ao empreendedorismo social, inovação social e economia criativa, demonstrando novos problemas de pesquisa. Para a sociedade, contribui para levar conhecimento sobre novas perspectivas de desenvolvimento social, com especial atenção para demonstrar que o governo, apesar das dificuldades, pode estruturar uma política pública que permita a expansão da oferta de empregos, produção de riqueza, desenvolvimento socioeconômica e combate a vulnerabilidade social.

Como trabalhos futuros, sugerem-se estudos de caso para verificação das necessidades específicas dos setores criativos em Belo Horizonte, estudos que tratem de políticas de financiamento aos setores criativos e marco legal.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Isabel; ABREU, Alexandre. Dimensões e espaços da inovação social. **Finisterra**, v. 41, n. 81, 2006.

BATTILANA, J.. **Cracking the organizational challenge of pursuing joint social and financial goals: Social enterprise as a laboratory to understand hybrid organizing.** *Management (France)*, 21(4), 1278–1305. <https://doi.org/10.3917/mana.214.1278>. 2018.

BARBOSA, Aline dos Santos; DIAS, Marcello Romani; WALCHHUTTER, Seimor. **Estado da Arte em Empreendedorismo Social: Análise dos Artigos mais Referenciados pelos Pesquisadores.** XVII SemeAd–FEA-USP, 2014.

BEZERRA-DE-SOUSA, Indira Gandhi; TEIXEIRA, Rivanda Meira. Relações conceituais entre empreendedorismo social e inovação social. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 13, n. 4, p. 81-99, 2019.

BOCK, B. (2016) **Rural marginalisation and the role of social innovation: a turn towards nexogenous.** 2016.

CAMBRIDGE UNIVERSITY PRESS. *Climate Change 2001: Impacts, Adaptation and Vulnerability*; McCarthy, JJ, Canziani, OF, Leary, NA, Dokken, DJ, White, KS, Eds .; **Cambridge University Press**: Cambridge, UK. 2001.

CARMO, Michelly Eustáquia do; GUIZARDI, Francini Lube. O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 34, p. e00101417, 2018.

CDL/BH. **Crise quebra 20 empresas por dia na capital.** CDL/BH. 2021. Disponível em: [https://www.cdldbh.com.br/portal/6087/Clipping/Crise quebra 20 empresas por dia na capital](https://www.cdldbh.com.br/portal/6087/Clipping/Crise%20quebra%20empresas%20por%20dia%20na%20capital). Acesso em: 29 mar. 2021.

CHAMBERS, Robert. **Editorial introduction: vulnerability, coping and policy.** 1989.

CHALMERS, D. Social innovation: an exploration of the barriers faced by innovating organizations in the social economy. **Local Economy** 28.1, 17–34. 2012.

CRUZ, Louisee; LOUREIRO, André. **Alcançando um Nível de Educação de Excelência em Condições Socioeconômicas Adversas: O Caso de Sobral.** World Bank Group (Education). Davies, P., eyers, J., Gallagher, e., Phi, 2020.

CUTTER, S.L.; Carolina, S.; BORUFF, B.J.; SHIRLEY, W.L.; Carolina, S. Social vulnerability to environmental hazards. *Soc. Sci. Q. Sociologia Ruralis* 56 (2) pp. 552–573. 2003.

DA CUNHA, José Marcos Pinto et al. **A vulnerabilidade social no contexto metropolitano: o caso de Campinas.** Anais, p. 1-19, 2016.

DIÁRIO DO COMÉRCIO. **BH registra extinção de 11.299 empresas.** Diário do Comércio. 2021. Disponível em: <https://diariodocomercio.com.br/economia/bh-registra-extincao-de-11-299-empresas> Acesso em: 29 mar. 2021.

DUARTE, Tatiane Lopes et al. Orquestrando cidadania: o empreendedorismo social em projetos da economia criativa. In: **Actas de la 4ª Conferencia Ibérica de Emprendimiento.** 2014. p. 42.

FARFUS, Daniele; ROCHA, MC de S. **Inovação Social: um conceito em construção.** Inovações Sociais, 2007.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO RIO DE JANEIRO. **Mapeamento das Indústrias Criativas no Brasil.** Rio de Janeiro: Firjan, 2019.

FERREIRA, Tiago Toledo; AZZONI, Carlos Roberto. **Arranjos institucionais e investimento em infraestrutura no Brasil.** 2011.

FUNDAÇÃO SEADE. **Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS.** Nº 6. outubro 2015.

FÜSSEL, H.-M. Vulnerability: A conceptual framework generally applicable to climate change research. **Glob. Environ. Chang.** 17, 155–167. 2007.

GALLAS, Juliana Cristina et al. Economia Criativa e Inovação Social: uma análise a partir de uma comunidade de artesãos cearenses. **Desenvolvimento em Questão**, v. 17, n. 49, p. 176-190, 2019.

GE, Y., DOU, W., & DAI, J. A New Approach to Identify Social Vulnerability to Climate Change in the Yangtze River Delta. **Sustainability**, 9(12), 2236. 2017.

GE, Y., ZHANG, H., DOU, W., CHEN, W., LIU, N., WANG, Y., ... & Rao, W. Mapping social vulnerability to air pollution: A case study of the Yangtze River Delta region, China. **Sustainability**, 9(1), 109. 2017.

GRUPO PET ECONOMIA UFPR. **Brasil e o mundo diante da crise econômica e da Covid-19.** Universidade Federal do Paraná. 2020.

HARRIS, Michael. **The Arts End of the World: Creating a Creative Nation?**. Agenda: A Journal of Policy Analysis and Reform, p. 110-112, 1995.

HOLBIG, H., & NECKEL, S. Negative Classifications and the Symbolic Order of Social Inequality: Evidence from East Asia. **Critical Asian Studies**, 48(3), 400-421. 2016.

HOWALDT, J., & SCHWARZ, M. **Social innovation and its relationship to social change**. Verifying existing social theories in reference to social innovation and its relationship to social change (project: SI-DRIVE). 2016.

IBGE. Desemprego. IBGE.2021. Disponível em:
<https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso no dia 29 de março de 2021.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC)**. 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em: 13 dez. 2020.

IPEA. **Carta de conjuntura número 49, nota de conjuntura número 16, 4^a trimestre de 2020**. 2020.

LASTRES, Helena M. M.. **Informação e conhecimento na nova ordem mundial**. Ci. Inf., Brasília , v. 28, n. 1, p. 72-78, Jan.1999.

MAIR, J., MARTI, I., & VENTRESCA, M. Building inclusive markets in rural Bangladesh: How intermediaries work institutional voids. **Academy of Management Journal**, 55(4), 819–850. <https://doi.org/10.5465/amj.2010.0627>. 2012.

MATTEI, Lauro. **Impactos da Covid-19 sobre a economia catarinense**. Revista NECAT-Revista do Núcleo de Estudos de Economia Catarinense, v. 9, n. 17, p. 1-9, 2020.

MCKAGUE, K., ZIETSMA, C., & OLIVER, C. (2015). Building the social structure of a market. **Organization Studies**, 36(5), 1063–1093. <https://doi.org/10.1177/0170840615613370>. 2015.

MCMULLEN, J. S., & BERGMAN, B. J. Social entrepreneurship and the development paradox of prosocial motivation: A cautionary tale. **Strategic Entrepreneurship Journal**, 11(3), 243–270. <https://doi.org/10.1002/sej.1263>. 2017.

MIGUEZ, Paulo. Economia criativa: uma discussão preliminar. In: NUSSBAUMER, Gisele Marchiori (org). **Teorias e políticas da cultura: visões multidisciplinares**. Salvador: UFBA, 2007. Cap 05.

NEIL, L.; CONDE, C.; KULKARNI, J.; NYONG, A.; PULBIN, J. Climate Change and Vulnerability; **Earthscan**: London, UK; Sterling, VA, USA. 2008.

NEUMEIER, S. Social innovation in rural development: identifying the key factors of success. **The Geographical Journal** 182 (1) pp. 34–46. 2017.

NÓBREGA, Erickson Faustino da; SOUZA, Francisco das Chagas Silva. **EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: uma trajetória de dualidade e exclusão**. Revista Ensino Interdisciplinar, 2015.

NORDBERG, K. Distributed Rural Proofing—an essential tool for the future of rural development?. **Sociologia Ruralis**. 2020.

OBSERVATÓRIO DA ECONOMIA CRIATIVA. **Pesquisa Impactos da Covid-19 na Economia Criativa**: relatório final de pesquisa. Coordenadores: Daniele Pereira Canedo, Carlos Beyrodt Paiva Neto. Salvador. UFRB, 2020.

OBSERVATÓRIO P7 CRIATIVO. **Radar economia criativa em Minas Gerais**. Volume 1. Outubro de 2018.

OLIVEIRA, Marta Procópio de; STARLING, Mônica Barros de Uma. A economia criativa como política de desenvolvimento: Cultura, criatividade e inovação. In: STARLING, Mônica Barros de Lima; OLIVEIRA, Marta Procópio de; FILHO, Nelson Antônio Quadros (org). **Economia criativa: um conceito em discussão**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2012.

OLIVEIRA, Susan Elizabeth Martins Cesar de. **Cadeias globais de valor e os novos padrões de comércio internacional**: uma análise comparada das estratégias de inserção de Brasil e Canadá. 2014.

PATHIKONDA, Vilas; FAROLE, Thomas. **The capabilities driving participation in global value chains**. The World Bank, 2016.

PIZETA, F. A., LOUREIRO, S. R., & Pasian, S. R. Maternal depression, social vulnerability and gender: Prediction of emotional problems among schoolchildren. **Journal of Child and Family Studies**, 27(6), 1981-1991. 2018.

QUEIROZ, Audemir Leuzinger; PARADELA, Celia Lima. Empreendedorismo, indústria criativa e economia criativa: uma evolução conceitual. **Revista Eletrônica Estácio Papirus**, v. 4, n. 2, 2018.

RAISER, Martin et al. **De volta ao planejamento: como preencher a lacuna de infraestrutura no Brasil em tempos de austeridade**. Brasília: Banco Mundial, 2017.

REIS, Ana Carla Fonseca. **Cidades criativas: da teoria à prática**. São Paulo: SESI-SP editora, 2012. Isbn 978-85-65025-49-2.

REIS, Cristina Fróes de Borja. **O Que significa melhorar a inserção do Brasil nas cadeias globais de valor?**. 2018.

SARTI, Fernando; HIRATUKA, Célio. **Assimetrias no processo de internacionalização da economia brasileira no Século XXI**. O Futuro do Desenvolvimento, p. 152-181, 2016.

SÍLVIO, Antônio Ferraz Cario; BOHN, Liana; FIGUEIREDO, Gabriel Passos; NEUBERGER, Daniele. (2020). **Processo de internacionalização da economia brasileira**. A Economia Em Revista - AERE, 28(1), 37-53.

THORSTENSEN, Vera; FERRAZ, Lucas; GUTIERRE, Leopoldo. **O Brasil nas cadeias globais de valor**. CEBRI, A Inserção do Brasil nas Cadeias Globais de Valor, v. 2, 2014.

UNCATD. (2013). **Creative economy report 2013—special edition**: Widening local development pathways. *United Nations Development Programme, New York*.

UNCATD. **Relatório de economia criativa 2010:** economia criativa uma opção de desenvolvimento. São Paulo: Itaú Cultural, 2012. Isbn 978-85-7979-035-5.

VEIGA, Pedro da Motta; RIOS, Sandra Polónia. **Inserção em cadeias globais de valor e políticas públicas:** o caso do Brasil. Texto para Discussão, 2015.

WISNER, B.; BLAIKIE, P.; CANNON, T.; Davis, I. **At Risk: Natural Hazards, People's Vulnerability, and Disasters**, 2nd ed. Routledge: London, UK. 2004.

ZHANG, Liping; SCHIMANSKI, Silvana. **Cadeias globais de valor e os países em desenvolvimento.** 2014.